

O XII CONGRESSO DO SINPRO, “PROFESSOR SÍLVIO COSTA”, QUE CELEBRA OS 60 ANOS DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE GOIÁS ATUALIZOU O PLANO DE LUTAS DA ENTIDADE:

O 12º Congresso do SINPRO, em homenagem ao professor Sílvio Costa, comemorou os 60 anos do Sindicato dos Professores do Estado de Goiás e atualizou o plano de lutas da entidade. O Congresso comprometeu-se a defender uma série de bandeiras de lutas, incluindo a vida plena, a saúde e a segurança física e mental dos professores, bem como a garantia de condições de trabalho seguras. O Congresso também se comprometeu a defender o Estado Democrático de Direito, que é considerado a maior conquista histórica da sociedade brasileira. A liberdade de ensinar e aprender, mais ameaçada do que nunca, também foi um posto-chave do compromisso do Congresso.

Sem prejuízos de outros compromissos que nos desafiarão ao longo de nossa jornada, nos comprometemos, ao longo da gestão, a defender:

- VIDA plena, saúde, com garantia de incolumidade física e mental dos professores/as, **condições salubres de trabalho traduzidas concretamente no direito à insalubridade**; e a solidariedade, como bandeira primordial;
- ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, maior conquista histórica da sociedade brasileira, cotidianamente aviltado, pelos três poderes;
- garantia da LIBERDADE DE ENSINAR E APRENDER, mais do que nunca ameaçada;
- rigorosa punição para a prática antissindical em escolas e sindicatos patronais;
- a reconstrução das liberdades sindicais, preservando-se a unicidade sindical;
- a proteção contra o desenfreado e descompromissado crescimento da educação à distância;
- a proteção do direito de imagem e da produção intelectual, indevida e ilegalmente apropriados por estabelecimentos de ensino inescrupulosos;
- as condições tecnológicas e os meios de comunicação necessários ao trabalho docente, respeitando-se sua jornada de trabalho contratada e o direito a desconexão;
- a manutenção dos direitos já conquistados;
- cuidado com o meio ambiente, sem o qual não há vida saudável para todos;
- melhoria das condições salariais dos professores e professoras;
- a inclusão dos/as trabalhadores/as, a irredutibilidade dos salários, e o respeito aos seus direitos frente ao avanço das tecnologias de informação;



- direitos à **licença maternidade de 180 dias** para a professora e combater todas as formas de discriminação de gênero e de assédio;
- a valorização da carreira docente, em todos os seus níveis de ensino, impiedosamente vilipendiada pelos poderes públicos e pelas escolas;
- os direitos e a dignidade dos/as professores/as idosos/as;
- a construção da escola que queremos alicerçada nos pilares da leitura e da interpretação críticas do mundo e da formação autonomia para o exercício da cidadania ativa;
- o combate à discriminação racial e a todas as formas de preconceito, atuando junto às entidades que defendem essa bandeira, considerando o que determina a lei 10639/2003;
- os direitos das pessoas com deficiência nas instituições de ensino e na sociedade em geral;
- a educação pública e gratuita como direito e combater a mercantilização, a financeirização e a desnacionalização do ensino, assumindo a palavra de ordem: “EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA”;
- a autonomia dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação;
- o fortalecimento e participação ativa nas instâncias sindicais às quais o SINPRO GOIÁS está filiado: Federação Interestadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Estabelecimento de Ensino do Brasil Central (FITRAE-BC) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (Contee);

- O Sinpro Goiás incorpora no seu Plano de Lutas as três teses aprovados no 21º Conselho Sindical Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino/CONTEE, assim resumidas:

A - Apoio à defesa da construção negocial do contrato coletivo nacional articulado para estabelecer unitárias condições mínimas de trabalho que alcancem indistintamente todos/as os/as profissionais de educação escolar, conforme propõe a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino/CONTEE ao propor a seguinte pauta: 1) piso salarial profissional por 40 horas semanais, como vencimento básico, anualmente corrigido para manter seu valor real; 2) contratação de professores por carga horária semanal fixa e não mais por aula, como o é atualmente; 3) plano de carreira que assegure promoção por antiguidade, adicional por titulação e aperfeiçoamento acadêmico; 4) regulamentação do trabalho remoto, em suas diversas modalidades (home office, trabalho remoto e híbrido), bem assim do direito de imagem, voz e produção intelectual; 5)

proibição de terceirização de atividades pedagógicas e administrativas relacionadas com o ensino; 6) garantia de assistência sindical (homologação) nas rescisões contratuais; 7) A construção da pauta definitiva passará pelo debate do Sinpro Goiás e das demais entidades de base da Contee, de forma ampla democrática e participativa.

B – Para fortalecer a bandeira da regulamentação do setor privado de ensino e barrar o nocivo processo de precarização crescente da carreira docente, que coloca em risco o desenvolvimento soberano do país e a formação de nossas juventudes, é fundamental que o Sinpro Goiás atue, juntamente com a Contee e de forma articulada com outras entidades e entes políticos, na proposição e busca da instituição concreta de mudanças legais que de fato regulamentem o setor privado da educação nessa conjuntura atual.

C - Além disso, é fundamental que o Sinpro esteja ativo na batalha pelo financiamento das entidades sindicais, com valorização e fortalecimento da negociação coletiva junto ao setor patronal, bem como definição de regras para impedir práticas antissindicais, e dispensa de dirigentes sindicais, além de ampliar a estabilidade para todos os dirigentes das entidades sindicais

- apoio e participação na luta classista da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), à qual o SINPRO GOIÁS está filiado, visando o seu fortalecimento para a luta geral dos trabalhadores a fim de deter os retrocessos e retiradas de direitos em curso no Brasil;

- a soberania dos povos na condução dos seus destinos políticos, com a inclusão das minorias sociais, respeito à classe trabalhadora e combate às desigualdades sociais e de gênero;

- Fortalecimento da luta pela emancipação das mulheres junto à categoria, com a criação de dispositivos de denúncia e apoio psicológico.

- Apoio à luta contra a homofobia e pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN +

